MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRIMEIRA REUNIÃO DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, INICIADA EM VINTE E TRÊS DE ABRIL DE 2012. -------

---------- **ATA NÚMERO DOIS** ----------

Aos vinte e três dias de abril do ano de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e 10 minutos, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a Primeira Reunião da Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência do seu presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor Amândio José Correia de Carvalho, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Elsa Cristina Silva Monteiro, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. --

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Elvira Quaresma Bastos, Nélia Simões, José António Rocha Barbosa Caria, Fernando Manuel Carvalho Coelho, Ricardo Bernardes, Pedro Jorge Firmino Lisboa, Ivo Figueiredo Quendera, **PPD/PSD.CDS.PP** - José Manuel Mata Justo, Ingeburga de Oliveira, Maria de Lurdes Ferreira Morgado, Carlos Manuel de Brito Afonso Guerreiro, Alfredo Luís Dias Rodrigues, Marília Gomes Berto Reimão, **CDU** – Celina Marques Figueiredo, Avelino dos Santos Antunes, José Manuel Rosa Ferra, **BE** – Cipriano dos Santos Pisco. ----------

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta de Freguesia:** José Francisco dos Santos (PS), Humberto Manuel Pereira Lopes (PS), Florêncio Manuel Pinto (PS), António Francisco Ferreira Miguéns (PS), Tolentino de Oliveira Gomes (PS) Luís Miguel da Silva Morais (PS) António José Lopes Saltão (PS) e Carla Isabel Marques Braziel (CDU). ----------

Solicitou **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: ----------

Ricardo José Caçoila (BE), tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Cipriano dos Santos Pisco. ----------

Paulo Jorge Faria Ramos (PPD/PSD.CDS.PP), tendo sido substituído pela Deputada Municipal, Ingeburga de Oliveira. ----------

Maria Fernanda Fernandes (PS) tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Nélia Simões. ----------

Sandra Isabel Candeias Lopes Anes (PS) tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, Ricardo Bernardes. ----------

Isabel Maria Lourenço Travessa (PS) tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Elsa Cristina Silva Monteiro. ----------

Pedro Manuel Gomes Carmo (PS) tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Pedro Jorge Firmino Lisboa. ----------

Gonçalo Filipe da Silva Bastos (PS) tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Ivo Filipe Figueiredo Quendera. ----------

Emanuel de Jesus Colaço Costa (PS) tendo sido substituído pela Deputada Municipal, Elvira Quaresma Bastos. ----------

Isabel Cristina Guedes Santos Camacho (PPD/PSD.CDS-PP) tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Maria de Lurdes Ferreira Morgado. ---------

Faltou o seguinte membro da Assembleia Municipal: José Fernando Figueiredo (CDU/PEV). ----------

A **Câmara esteve representada** pela senhora **Presidente da Câmara** – Maria Amélia Antunes e pelos senhores **Vereadores**: Nuno Ribeiro Canta (PS), Renato Gonçalves (PS), Maria Clara Silva (PS), Joaquim António Lopes Batalha (CDU) e Nuno Alexandre Camacho Cabral Ferrão (PPD/PSD.CDS.PP). ----------

Constatada a **existência de quórum**, o Senhor Presidente, cumprimentou a Senhora Presidente da Câmara, a Vereação, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente, abriu o período destinado à **intervenção do público**, de acordo com o artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. ----------

O senhor **Munícipe – Mateus Pires Lopes**, no uso da palavra, colocou algumas questões, que abaixo transcrevo: ----------

"**1.** No dia 04 de abril, apresentei numa reunião pública da Câmara, este assunto que se refere a um candeeiro caído e que até à presente data está por solucionar, pondo em causa a segurança dos cidadãos. ----------

2. Pretendo saber se há cantinas ou refeitórios sociais, distribuição de alimentos e em que locais? Existe alguma atribuição orçamental para esta questão? ---------

3. Considero que a Câmara Municipal gasta imenso dinheiro com as Associações, acho que estas pretendem viver exclusivamente às custas dos subsídios da Câmara. ----------

4. Desconheço a veracidade do que vou dizer, mas constou-me que a Câmara Municipal do Montijo, dispensou duas viaturas, ao Montijo Basket e ao Espaço Verde. Se for verdade, qual o critério que foi utilizado na dispensa das referidas viaturas? ----------

5. Quero fazer votos para que a Base Aérea nº 6, seja Portela + 1, que corresponda à evolução local, nas vertentes do comércio, turismo, etc. É certo que trará alguns prejuízos, mas é evidente que os benefícios são superiores." ---

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, explicou que relativamente a questão do senhor munícipe, quem irá responder é a Câmara Municipal do Montijo. Relativamente às bancadas, não vão intervir neste ponto, conforme parecer jurídico da Associação Nacional de Municípios Portugueses. ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse que realmente existia a resposta da Associação Nacional de Municípios Portugueses, apesar da resposta ser feita a uma pergunta truncada, o que a Associação Nacional de Municípios Portugueses diz, e bem, é que cada uma das bancadas tem o direito e o dever de dar a opinião sobre aquilo que o munícipe coloca, não podem e não devem é entrar em discussão entre si, no período antes da Ordem do Dia. ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, os senhores membros da Assembleia Municipal, o público presente e disse: "Na sequência das questões que o senhor munícipe colocou e relativamente ao candeeiro, informo que já reportámos à EDP a situação e aguardamos a resolução o mais rápido possível. - Quanto à questão das refeições e distribuição de alimentos, a Câmara Municipal do Montijo não faz distribuição de alimentos diretamente, são as Instituições de Solidariedade que o fazem e nesse quadro a Câmara Municipal coopera, não tem que se fazer substituir às Instituições. Temos uma cantina social em

cooperação com a Santa Casa da Misericórdia do Montijo, que foi recentemente alargada, para a população carenciada e sem abrigo.----------
Quanto à questão da Câmara Municipal gastar imenso dinheiro com as Associações, também é preciso que o senhor munícipe diga qual é o dinheiro que se gasta com as Associações. ----------
Quanto à veracidade das carrinhas, este órgão é um órgão que requer dignidade e que não pode tratar de assuntos do suponhamos, mas do concreto, para ter respostas concretas e politicamente importantes e relevantes." ----------

O senhor **Presidente da Assembleia**, colocou em apreciação as atas abaixo mencionadas, tendo sido previamente distribuídas por todos os membros e como ninguém pretendeu pronunciar-se sobre o conteúdo das mesmas, submeteu-as à aprovação, tendo as mesmas obtido as seguintes deliberações: --

Ata n.º 6 de 16 de setembro de 2011

Aprovada por Maioria, com 20 votos a favor, 7 abstenções e 0 votos contra. ----

Ata n.º 7 de 19 de dezembro de 2011

Aprovada por Maioria, com 18 votos a favor, 8 abstenções e 0 votos contra. ----

Ata n.º 8 de 20 de dezembro de 2011

Aprovada por Maioria, com 17 votos a favor, 9 abstenções e 1 voto contra da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes. ----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período

ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Deputado Municipal – Pedro Carromeu (PS)**, leu uma **Saudação** alusiva ao **25 de abril e ao 1º de maio**, cujo teor abaixo se transcreve: ----------

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Munícipes. ----------

Comemoramos, na próxima quarta-feira, trinta e oito anos de democracia em Portugal e o fim do denominado "Estado Novo", um regime autoritário, corporativista, antidemocrático e ditatorial, que nos governou e nos amordaçou, enquanto povo, durante quarenta e um longos anos. ----------

Comemorar o 25 de Abril é celebrar a liberdade e, acima de tudo, manter vivo na memória de todos as atrocidades cometidas por um regime fascista, conservador e inibidor de qualquer iniciativa democrática. ----------

Comemorar o 25 de Abril é também lembrar às novas gerações que não se podia discutir política, pois podíamos ser presos por um mero ato de participação cívica. É lembrar que existiu censura e só era permitida a publicação de textos e artigos que não comprometessem o Governo. É explicar que as oportunidades de ascensão social eram só para alguns. É ter vergonha da elevada taxa de analfabetismo, conscientemente mantida pelo regime, pois cidadãos cultos eram uma ameaça e a cultura era um bem escasso a que só uma elite governativa deveria ter acesso. É recordar os presos políticos e combatentes antifascistas, esses homens e mulheres que nunca se resignaram e nos conduziram à democracia. É não esquecer os milhares de jovens que perderam as suas vidas a combater numa guerra colonial perdida desde o seu início. Por tudo isto, nunca é demais comemorar Abril. ----------

Falar de Abril é também comemorar o Poder Local Democrático, a sua

importância no desenvolvimento do País e uma oportunidade para reafirmar a sua indispensável necessidade ao serviço das populações. ----------

Querer passar a mensagem, como o atual Governo, de que os problemas do País estão na administração local, querendo subjugá-la a si e que extinguindo freguesias, aplicando uma pseudo reforma administrativa do território, recorrendo a critérios avulso, lembram-nos outros tempos que queremos esquecer, de um Estado centralizador e castrador da iniciativa local. ----------

Com a revolução o País desenvolveu-se e qualificou-se, a democracia trouxe-nos um sistema de ensino universal, em que todos têm o seu lugar, sendo catalisador da igualdade de oportunidades e fundamental para a inclusão social. Fundou-se o Serviço Nacional de Saúde, desenvolveu-se a Segurança Social com todas as suas valências. O progresso económico do País permitiu a melhoria substancial do nível de vida dos Portugueses. ----------

Saudamos também o 1º de Maio, o dia do trabalhador, infelizmente num clima de profunda crise económica em que, saudando o trabalho, não podemos deixar de falar do desemprego que afeta milhares de Portugueses. ----------

Recordamos que foi com o 25 de Abril que o movimento sindical, tão importante para a democracia, recuperou a sua liberdade e assumiu as suas lutas na defesa dos direitos dos trabalhadores. O direito ao trabalho e à segurança no emprego, a liberdade de organização, de reunião e de manifestação, o direito à greve e à negociação coletiva, são algumas dessas importantes conquistas, que nos têm permitido a construção de uma sociedade democrática, justa e livre. ----------

O Mundo mudou e Portugal também acompanhou essa mudança, nunca se colocaram tantos desafios à nossa democracia como neste momento. Nunca,

como agora, se puseram em risco tantas conquistas de Abril devido a esta nova ditadura, a denominada ditadura dos mercados, muito mais difícil de combater, pois não tem face, mas que, a pouco e pouco, nos arrasta para um caminho de empobrecimento, de perda de direitos sociais e laborais. Nunca atingimos níveis de desemprego tão elevados, que oficialmente se situam nos 15%, um nível de desemprego jovem assustador de 35%, um nível de trabalho precário que retira qualquer possibilidade de sonho e de realizações futuras aos mais jovens. Uma incerteza no presente dos mais velhos que, ao fim de uma vida de trabalho, se veem arrastados para um clima de insegurança nos seus rendimentos, em que o aumento do custo de vida se traduz, em muitos casos, em grandes dificuldades de sobrevivência diária. ----------

Temos hoje um Governo sem ideias, sem rumo, que aplica austeridade em cima de austeridade, retraindo o investimento público, destruindo a economia, levando à falência diária de pequenas e médias empresas. Recordemo-nos que foi o atual Governo de coligação PSD\CDS que venceu as eleições, argumentando que não permitiria mais aumentos de impostos sobre os Portugueses. ----------

Um Governo cuja governação se centra exclusivamente na redução do défice, pondo em causa a qualidade dos serviços públicos, principalmente à custa dos trabalhadores da Administração Pública e dos pensionistas, dividindo os Portugueses, fomentando as desigualdades sociais. Uma obsessão no caminho de um Estado mínimo, em que todas as atividades lucrativas devem ser privatizadas, reduzindo o Estado não a mínimo mas simplesmente assistencial. -

É neste ponto que devemos recordar Abril, as suas conquistas, e não deixar que, à custa de um cego ajustamento financeiro, se ponham em causa os pilares da

democracia e se faça uma regressão social e civilizacional. Ao falarmos do 25 de Abril defendemos a escola pública, a escola de todos e para todos, a igualdade de oportunidades e a justiça social, o serviço nacional de saúde, a segurança social pública e um Estado forte, regulador da economia, em que o poder político não se subjuga ao poder económico. ----------

Defender o 25 de Abril é credibilizar a política e os políticos, fazendo com que as pessoas acreditem, respeitem e que, acima de tudo, tenham confiança nos seus governantes. ----------

Viva o 25 de Abril! ----------

Viva o 1º de Maio! ----------

Viva a Liberdade!" ----------

O senhor **Deputado Municipal - José Mata Justo (PPD/PSD.CDS.PP)**, leu uma **Intervenção**, cujo teor abaixo se transcreve: ----------

"***Comemoração do 38.º aniversário do 25 de abril.*** Foi há 38 anos e constituiu, nessa altura, para quase todos os portugueses, uma justa e nova esperança. Uma esperança que julgo ser de elementar justiça considerar como cumprida. Apesar das décadas dos anos cinquenta e sessenta terem sido épocas de ouro em termos de crescimento económico em Portugal, havia que as concluir com a democratização, a descolonização e o desenvolvimento; os famosos três dês do 25 de Abril. – (Rio, 2011). ----------

Apesar de todas as adversidades, de muitos erros cometidos, passados alguns anos, o 25 de Abril tinha cumprido a sua tarefa. A nossa sociedade era democrática e a riqueza acumulada estava melhor distribuída. O processo de descolonização foi o que teve mais erros, mas ainda assim, e por mérito dos

intitulados retornados, Portugal conseguiu absorver de forma notável os milhares de portugueses que, nessa altura, se tinham visto forçados a abandonar as ex-colónias. ----------

Marcelo Rebelo de Sousa in Sol em 25 de Abril de 2011 considerou que: *(...) os partidos políticos portugueses estão desatualizados, não acompanharam a evolução da sociedade portuguesa, e cumprem a sua função pedagógica pior do que no passado.(...)* ----------

Afirmou ainda Marcelo Rebelo de Sousa, na mesma entrevista, que: *«Os partidos, em muitos aspetos, não souberam acompanhar a mudança do país, atualizar-se, abrir-se à juventude, abrir-se ao papel da mulher, abrir-se aos imigrantes».* ----------

A Este propósito Jorge Sampaio na cerimónia no Palácio de Belém, do ano passado em direto na televisão, afirmava que Portugal tem; «muito mais do que seria desejável, políticos que não estão à altura das suas responsabilidades» e «partidos políticos fechados, com poucas ideias e pouco debate». ----------

Jorge Sampaio criticou não só os partidos políticos, particularmente criticou a passividade dos portugueses, o funcionamento das instituições, o alheamento dos cidadãos em relação à política. ----------

No seu entender, no que respeita aos dirigentes políticos, a democracia portuguesa foi tendo, «como em tudo na vida, muito bom, bom, sofrível, mau e muito mau». ----------

Lamentavelmente a nossa história repete-se. Como afirmei aqui à dois anos nas comemorações dos 100 anos da República, que nesta centúria republicana, do ponto de vista social. Continua Portugal, 100 anos depois

da implantação da república, caracterizado por gritantes desigualdades sociais. ----------

As estatísticas mostram ainda hoje que o fosso entre ricos e pobres se tem agravado cada vez mais. ----------A classe média está gravemente ferida. ----------O tecido social está destroçado: pelo empobrecimento; pelo abandono dos campos; pelo crescimento caótico dos meios urbanos; pelo desequilíbrio incontrolável entre o desenvolvimento do litoral e o do interior; pela imigração decorrente da derrocada do império soviético; pela política mítica da mobilidade europeia; pela desestruturação da família e a consequente disfuncionalidade integradora e formadora da mesma; pelo falhanço da educação e consequentes reflexos na mentalidade e nos comportamentos das gerações jovens; pelo desemprego geral e particular nas novas gerações mais escolarizadas, sobretudo a nível superior; pela degradação moral e ética, genericamente axiológica, induzida por uma comunicação social falsamente responsável e especificamente pela televisão; pela captura da geração jovem pela indústria global do entretenimento e em particular pela componente musical da mesma; pela dissolução da justiça; pela ascensão do crime organizado, cada vez mais preocupante; pela crise do Estado enquanto gestor e administrador dos recursos financeiros globais; pela crise do capitalismo financeiro nacional e internacional; pela degradação geral da classe política e em particular do poder político; etc. ----------

Portugal está numa crise e é muito profunda. Não é só nossa, temos consciência; é europeia, é ocidental, será mesmo planetária. Mas falemos de

nós: teremos de reconhecer que falhámos, ao longo do séc. XX, na tarefa - essencial - de preparação de um séc. XXI melhor, que aliás deixamos às novas gerações hipotecado. ----------

Seria interessante procedermos, no quadro desta reflexão avaliativa, a uma análise, ainda que breve, da vida cultural portuguesa nestes 100 anos de república e mormente nestes últimos 38 anos. ----------

Pronunciar-nos-íamos, eventualmente, em termos negativos quanto às políticas culturais públicas, mas não poderíamos fazê-lo relativamente à criação cultural, devida aos criadores propriamente ditos e não aos políticos e às políticas levadas a cabo. ----------

Estes 100 anos foram dos mais brilhantes da nossa história literária, com uma incidência nestes últimos 38 anos. Uma dúzia de nomes chega para o evidenciar irrespondivelmente: Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Mário de Sá-Carneiro, Raul Brandão, José Régio, Mário Cesariny, Herberto Helder, Ruy Bello, Aquilino Ribeiro, Fernando Namora, Miguel Torga, Carlos de Oliveira, Agustina Bessa Luís, Vergílio Ferreira, António Lobo Antunes, José Saramago, Mário Cláudio, Albano Martins, Mário de Carvalho, Daniel Faria, José Tolentino Mendonça ... Idêntica antologia encontraremos no domínio do pensamento: Sampaio Bruno, Leonardo Coimbra, Álvaro Ribeiro, José Marinho, Delfim Santos, Júlio Fragata, Bacelar e Oliveira, Cassiano Abranches, Diamantino Martins, Joaquim de Carvalho, Vieira de Almeida, António Sérgio, Manuel Antunes, António Braz Teixeira, Agostinho da Silva ... ----------

Na arte: Amadeo de Sousa-Cardoso, Almada Negreiros, Helena Vieira da Silva, António Charrua, Paula Rego, Siza Vieira ... ----------

Na música: Viana da Mota, Luís de Freitas Branco, Pedro de Freitas Branco, Fernando Lopes Graça, Joly Braga Santos, Maria João Pires, António Vitorino de Almeida, Guilhermina Suggia, Sequeira Costa, Emanuel Nunes, Jorge Peixinho ... ----------

No espaço científico: Egas Moniz, Aniceto Monteiro, Luís Archer, Bento de Jesus Caraça, Leite de Vasconcelos, Faria de Vasconcelos, Orlando Ribeiro, Jorge Borges de Macedo, Vitorino de Magalhães Godinho, António Borges Coelho, José Mattoso, Adriano Moreira, Sedas Nunes, Joaquim Ferreira Gomes, José de Pina Martins, António Freire, Maria Helena da Rocha Pereira, Vasco Pu lido Valente, António Barreto, Rui Ramos, António Damásio ... Parece que a decadência geral e o atraso civilizacional (económico, social, etc), e até por vezes a crise, real, não impedem, entre nós, os criadores de surdirem, florescerem e frutificarem em belas e grandes obras para Portugal. ----------

Mas os portugueses são um povo que detém um passado secular, onde grandes feitos foram materializados. Este povo, que ao longo dos séculos por todo o mundo, manteve e mantém bem viva a chama de Portugal, continua hoje nas nossas comunidades, em todos os Continentes, a dignificá-lo. ----------

Por isso Abril não pode ser Abril sem se enfrentar os problemas de hoje, pois muitos eram os de ontem, são os de hoje e não fomos capazes de os solucionar até hoje. ----------

Temos, por isso, sem querelas políticas, fazer um grande esforço para encontrar os caminhos que acabem com a injustiça social, com a falta de emprego, com os problemas graves na saúde e na educação, para podermos de forma festiva comemorar Abril. ----------

Não podemos continuar assistir impávidos, ao encerramento de empresas todos os dias que colocam centenas de portugueses, Homens e Mulheres, no desemprego e no desespero. ----------

Não podemos continuar impávidos a ver pessoas que pela madrugada se deslocam para os seus Centros de Saúde para tentarem conseguir uma vaga para uma consulta, ou ainda aquela grávida que dá à luz a caminho de uma agora mais longínqua maternidade. ----------

Não podemos continuar impávidos assistir à falta de civismo de educação e de disciplina na sociedade portuguesa. ----------

Não podemos consentir que um professor seja agredido na sua sala de aulas ou fora dela por um aluno, ou pelo seu encarregado de educação. --

Não podemos continuar impávidos assistir ao decrescimento constante da cultura e do saber, bem como indícios de falta da qualidade no nosso ensino, onde a vontade de estudar, de saber, de cultivar e a de ensinar deveria ser um esforço feito com prazer e não por obrigação. ----------

Não podemos continuar impávidos assistir à insegurança de pessoas e bens. ---

Não podemos continuar impávidos a assistir à violência que grassa um pouco por todo o lado. ----------

Não podemos continuar impávidos assistir à proliferação de armas ilegais, a uma cada vez maior marginalidade e a um aumento assustador do crime organizado. ----------

Não podemos continuar impávidos e complacentes à corrupção que ateia na nossa sociedade, sem que se tomem medidas efetivas para a erradicar. ----------

Não podemos continuar indiferentes aos problemas dos nossos cidadãos com deficiência e promover rapidamente a sua inserção na sociedade. ----------

Não podemos continuar impávidos aos que no silêncio das suas casas, por vergonha, passam privações na comida e muitos deles já não têm condições para sobreviver. ----------

Não estranha pois que, para lá das vontades se juntem ainda mais as resistências à mudança de atitude. ----------

Ainda que saibamos que compete a cada um de nós, bem no íntimo da nossa consciência, lançar e alcançar as sementes da mudança. ----------

Para muitos de nós basta assim. Para muitos de nós basta um querer. Uma vontade de desejar. Talvez por isso mesmo ainda estejamos, uma vez mais, hoje e aqui". ----------

O senhor **Deputado Municipal - Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra leu uma **Saudação** referente aos agricultores, cujo teor a seguir se transcreve: "A Agricultura é uma atividade nobre que tem corno principal objetivo satisfazer em quantidade e qualidade as necessidades alimentares dos povos, garantindo aos Agricultores e trabalhadores rurais um rendimento digno. ----------

A FAO tem alertado para a necessidade de aumentar a produção agrícola mundial em 70% até 2050 e de que se tomem medidas contra a especulação financeira do mercado agroalimentar. ----------

A Agricultura é um sector indispensável ao desenvolvimento económico e social do País e determinante na diminuição do défice da nossa balança de transações correntes, é necessário aumentar a produção de produtos que são transacionáveis é estratégico e contribui para ultrapassar o nosso défice agro-alimentar de cerca de 4.000 milhões euros por ano. ----------

No nosso País entre 1989 e 2009 desapareceram quase 300 mil explorações

agrícolas, com especial relevo para as pequenas e médias, ao mesmo tempo que a dimensão das grandes explorações aumentou. ----------

-Só nos últimos 10 anos a superfície agrícola recuou mais de 450 mil hectares. ---

Em 20 anos a superfície irrigável perdeu 337 mil hectares (-38%) e a superfície regada menos 162mil hectares (-26%). ----------

1 Milhão e meio de hectares de terra abandonada e mais de 125 mil hectares de terreno agricola por cultivar no país. ----------

Só nos últimos 10 anos a superfície agrícola recuou mais de 450 mil hectares. ----

Em 20 anos a superfície irrigável perdeu 337 mil hectares (-38%) e a superfície regada menos 162mil hectares (-26%). ----------

1 Milhão e meio de hectares de terra abandonada e mais de 125 mil hectares de terreno agrícola por cultivar no país. ----------

-Entre 2000 e 2009 desapareceram 115 mil explorações sendo a zona de Direção Regional Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo a segunda com o maior número de explorações desaparecidas. ----------

O rendimento dos Agricultores em 2010 sofreu uma diminuição na ordem de 11 % ao contrário dos outros agricultores Europeus. ----------

Os fatores de produção são cada vez mais caros (combustíveis, eletricidade, rações e adubos). ----------

Importações e a grande cadeia alimentar a fazer dumping liquidando a nossa produção e esmaga em baixa o preço da produção. ----------

A distribuição dos dinheiros públicos no nosso sector agrícola é uma vergonhosa e inaceitável situação onde pouco mais de 5% dos grandes Agricultores arrecadam 90% dessas verbas, a título de exemplo os agricultores residentes em Cascais e Sintra recebem 5 vezes mais que todos os Agricultores da Península de

Setúbal incluindo a agro-indústria. ----------Continua-se a cometer o crime económico e social de pagar para não produzir --Portugal tem da PAC-Politica Agrícola Comum uma dita «ajuda» direta com o valor médio de 174 euros por hectare, enquanto a média Europeia é de 260 euros e há países com 600 euros. ----------

A PAC- Politica Agrícola Comum tem estado ao serviço da especulação financeira, da dita competitividade dos chamados mercados em nome da sagrada liberalização originando que na Europa desapareça uma exploração por minuto. ----------

É neste quadro que se irá realizar no próximo dia 4 de Maio em Lisboa um Protesto Nacional em defesa dos pequenos e médios Agricultores e dos interesses Nacionais, convocada pela CNA-Confederação Nacional da Agricultura e suas associadas reclamando do Ministério da Agricultura! Governo PSD- CDSIPP e de outros órgãos de soberanias entre outras medidas: ----------

A defesa do direito a produzir, do aumento da produção nacional e do consumo interno de bens agroalimentares. ----------

A melhoria dos preços à produção e dos rendimentos das explorações agrícolas familiares. ----------

Redução dos preços dos combustíveis, da eletricidade, das rações, dos fertilizantes, da sanidade animal e vegetal e dos seguros agrícolas. ----------

Mais investimento público agrícola e no Mundo Rural e combate à desertificação. ----------

O combate à especulação, à fraude e à manipulação com os preços no consumidor. ----------

Uma nova lei do arrendamento rural no respeito e cumprimento da

Constituição da República Portuguesa que incentive o direito a produzir e o aumento da produção no respeito pelos direitos dos Agricultores/Rendeiros. ----

A defesa da soberania alimentar de Portugal. ----------

O rápido cumprimento de todas as ajudas prometidas por causa da seca, apesar de muita parra e pouca uva. ----------

A redução das contribuições dos agricultores para a Segurança Social. ----------

O controlo e contenção das exportações. ----------

O pagamento imediato aos agricultores das ajudas em falta, relativas a 2010 e 2011. ----------

No processo em curso da reforma da P AC, a defesa intransigente do interesse nacional e no contexto, o governo deve invocar o interesse «vital» do País, por exemplo para rejeitar o fim previsto para as quotas leiteiras após 2015 e dos direitos da plantação da vinha. ----------

Contra o encerramento das Freguesias e dos serviços públicos a que as populações rurais têm direito." ----------

O **Presidente da Junta de Freguesia do Montijo - Francisco Santos (PS)**, no uso da palavra, leu a seguinte **Intervenção**: "Se existem dias que pretendemos esquecer mas não é possível, o passado dia 13 de Março de 2012 é um deles. ---

Trata-se do dia em que foi aprovada a Proposta de Lei nº 441XI1- Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. ----------

É difícil encontrar justificação para aprovação desta Proposta de Lei, mas toma-se necessário sem grande esforço, recordarmos o que os autarcas de Freguesia e a ANAFRE, no Congresso em Portimão, no Encontro Nacional de Autarcas em Lisboa e na Grande Manifestação, não partidária do passado dia 31 de Março,

talvez única no nosso País desde o 25 de Abril de 74, de Braga e de Bragança; de Aveiro e de Vila Real; de Castelo Branco e de Viana do Castelo; de Setúbal e de Santarém; de Guarda e de Viseu; do Porto e de Portalegre; de Faro e de Coimbra; de Leiria; de Évora; de Beja e de Lisboa; dos Açores e da Madeira, num total de 200.000 pessoas legitimados pela força da democracia, pela causa que os elegeu, firmados numa Razão de Missão, movidos por sentimentos comuns instituídos e por verdadeiro espirito de missão, afirmaram **ESTA REFORMA, NÃO!** ----------

Sr. Presidente ----------

Senhoras e Senhores Deputados ----------

Não vou fazer o historial de todo o caminho percorrido desde a apresentação do Documento Verde até ao passado dia 13 de Abril. Mas não posso nem devo deixar de lembrar quanto a Anafre e as Freguesias da maior à mais pequena, das urbanas às rurais calcorrearam sem descanso. ----------

Aquando do conhecimento do citado documento, a Anafre e as Freguesias, leram refletiram, debateram, auscultaram o País, consultaram académicos ouviram os seus pareceres e anteciparam o Congresso Nacional. ----------

E decidiram: **ESTA REFORMA, NÃO!** ----------

Rejeitamos: ----------

Os critérios quantitativos; ----------

O autismo perante as populações; ----------

O mutismo sobre novas competências e recursos financeiros; ----------

O desconhecimento da nova Lei Eleitoral e da nova Lei das Finanças Locais; -----

O legislador entendeu ou fez que entendeu, alterou os critérios, mas pior do que isso, delineou parâmetros e definiu percentagens. Colocando-nos perante a

Proposta de Lei aprovada, que não colhe os princípios que defendemos, que não ouviu populações e os seus legítimos representantes os Eleitos Locais. -------

Numa palavra apenas, ao ler o Texto Final indiciário da Proposta da Lei nº 44/XII, SENTIMOS: ----------

Que sem a presença das mais de mil freguesias, extintas ou agregadas, o Pais vai ficar mais pobre e mais infeliz. ----------

Que para as populações fixadas nos lugares mais distantes, apenas restará o isolamento, o abandono a distância, o problema sem solução (pois já não tem escolas, centros de saúde, etc.). ----------

Que o País nada recolhe para o erário público. ----------

Que as populações das suas Juntas de Freguesia querem contar com elas. --------

E sentimos, como sempre afirmaram a ANAFRE, os eleitos dos Partidos Políticos e principalmente as populações, que a Reforma deveria ter sido assumida livre e localmente no espaço individualizado de cada Município com as suas Freguesias e disseram a uma só voz. ----------

O CAMINHO A SEGUIR NUNCA PODERIA SER POR AQUI. ESTA REFORMA, NÃO! --

Sr. Presidente ----------

Senhoras e Senhores Deputados ----------

Com a aprovação da Proposta de Lei no passado dia 13 do corrente mês, fica em nós uma grande incerteza quanto ao futuro das freguesias, mas principalmente quanto ao futuro das populações, mas creem que os autarcas de freguesia de todo o País, de todos os partidos políticos, homens e mulheres têm a consciência de ter desenvolvido todos os esforços para demonstrar ao legislador que a fazer-se esta Reforma Administrativa Territorial Autárquica, ela só podia ter sido promovida com as Freguesias e as populações. ----------

Temos consciência de ter levado a nossa mensagem a todos os responsáveis e decisores Ide reunir a solidariedade dos Municípios Portugueses, e temos ainda consciência de que os problemas financeiros do País nunca residiram nas Freguesias. ----------

Sr. Presidente ----------

Senhoras e Senhores Deputados ----------

Sem pretender, longe de mim, pois quem me conhece sabe bem, vestir a roupagem de profeta da desgraça, admite que a desgraça caia mesmo sobre as Freguesias com a aprovação desta Proposta de Lei. ----------

Foi por isso que a sua rejeição foi sentimento transversal a todos os intervenientes, .e todos em unanimidade, entenderam que se empunha o equilíbrio das finanças, a redução das despesas públicas e a defesa das populações, o caminho Nunca Seria por Aqui, isto é nunca seria pela via da morte das freguesias que tal objetivo se alcançaria. ----------

É com mágoa que termino dizendo, que foi pena o legislador em plena consciência e verdadeira convergência não tenha entendido que seguiu o Caminho Errado, e que esta reforma não defende os interesses das populações, num momento bem difícil, social e económico que o País atravessa e não compreendeu o papel que as freguesias desempenham como autarquias de proximidade no Poder Local Democrático, aprovando uma Proposta de Lei com este conteúdo, que apenas contou com o apoio dos partidos que apoiam o governo, (nem sequer ouvindo os autarcas de freguesia desses mesmos partidos, principalmente os do PSD, que em todos os momentos Congresso, Encontro e Manifestação, aprovaram por unanimidade **ESTA REFORMA NÃO**), a menos de 15 dias das comemorações dos 38 anos do Portugal de Abril". ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: "Queria dar a conhecer as nossas preocupações sobre a **Portaria n.º 106/2012, de 18 de abril**, que tive o cuidado de remeter uma cópia à Assembleia Municipal, do ofício que enderecei ao senhor Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, Engº Paulo Simões Júlio. ----------

Eu reputo que é uma matéria de vital importância, porque se trata efetivamente dos nossos recursos financeiros, aliás, a Portaria tem três artigos, entrou em vigor no dia 19, tendo sido publicada no dia 18. ----------

Remeti também uma cópia da carta à Associação nacional de Municípios Portugueses. É um momento grave que os municípios atravessam, momento de extrema dificuldade financeira, onde as receitas próprias caíram de forma abruta, qualquer cidadão e particularmente qualquer autarca, pode constatar isso mesmo, não só no nosso concelho, mas de uma forma geral. ----------

Como os senhores Deputados devem saber o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, foi aprovado com a publicação do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, pela então senhora Ministra das Finanças, doutora Manuela Ferreira Leite, nas disposições transitórias do Capítulo III, no artigo 15º, n.º 5, lá se referia que, a avaliação geral dos imóveis, poderia ser definido por portaria a publicar pelo Ministro das Finanças, um montante até 5% do valor do IMI, a arrecadar por cada município, a verdade é que decorreu de 2003 a 2011, e a avaliação geral dos prédios urbanos e rústicos, nunca foi efetuada, foi sendo feito paulatinamente, quando havia transmissões por compra e venha, transmissões por heranças e quando os titulares dos direitos de propriedade requeriam e não houve uma atualização geral. ----------

No passado mês de novembro, com o Orçamento retificativo, com a publicação da Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, foram aditados ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, que aprovou o Código do IMI, um conjunto de artigos no sentido de se proceder à avaliação geral dos prédios urbanos. Decisão, essa que do nosso ponto de vista é correto, porque é importante avaliar os prédios urbanos, até porque a sua avaliação, tem criado situações de desigualdade na tributação e de iniquidade. Portanto, o princípio da avaliação geral do património, mais concretamente os prédios urbanos é um princípio correto, todavia ele não pode ser feito a qualquer preço, nem esse fim é correto, justificar depois os meios que se encontram para essa avaliação. ---------

É assim que esta Portaria n.º 106/2012, vem retirar aos municípios 5% do total da receita do IMI arrecadada, nos anos de 2012 e 2013. Referindo que estes 5% são para pagar despesas de avaliação geral e entregues à Autoridade Tributária Aduaneira. Trata-se de uma receita não consignada, o que significa que esta autoridade pode usar esta verba, para os fins que bem entender. ----------

Colocam-se aqui várias questões, que se nos afiguram, não só ilegais, mas também imorais. ----------

No quadro do princípio e da boa-fé e da justa repartição dos recursos, que são entre o estado e as autarquias. De fato a avaliação geral não decorreu em 2011, vai decorrer em 2012. Então pergunta-se: ----------

1º Então porque retira o Estado aos Municípios 5%, referente à receita arrecadada em 2012, referente a 2011, se em 2011 não houve avaliação geral? -

2º Então e o que é que justifica 5%, porque não é 1%, 2%, 3% ou 4%, porquê o máximo? ----------

Então não é um roubo aos municípios reterem 5% do total do IMI recebido, em vez de ser pela diferença, entre o que o município arrecadou no último ano e aquilo que vai arrecadar, por via da avaliação geral. ----------
Por outro lado, esta portaria da forma como vem formulada, viola claramente a Lei das Finanças Locais, ou seja, é uma alteração à Lei das Finanças Locais, porque o IMI é uma receita própria dos municípios." ----------

Passo a transcrever o conteúdo do ofício dirigido ao senhor Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, Engº Paulo Simões Júlio. ----------

"A publicação do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro aprovou o CIMI – Código de Imposto Municipal Sobre Imóveis. No seu capítulo III Regime Transitório, o n.º 5 do artigo 15.º dispõe que "quando se proceder à avaliação geral dos prédios urbanos ou rústicos, será afetada para despesas do serviço de avaliação uma percentagem até 5, a fixar e regulamentar por portaria do Ministro das Finanças..." ----------

O Imposto Municipal Sobre Imóveis é uma receita própria das autarquias. As taxas a aplicar aos imóveis, são fixadas de acordo com o disposto no artigo 112.º, n.º 1 do CIMI podem variar entre 0,2 e os 0,4 para os Imóveis já avaliados e entre 0,4 e 0,7 para os demais prédios urbanos por proposta da Câmara à Assembleia Municipal. ----------
Desde a entrada em vigor do CIMI que as avaliações tem vindo a decorrer a um ritmo que não é consentâneo com uma justa repartição tributária sobre o património, isto é, os imóveis que não estão avaliados ou deficientemente

avaliados não sofrem o mesmo encargo que os que já foram avaliados, beneficiando os titulares do direito de propriedade e consequentemente fomentando a desigualdade e a iniquidade. ----------

Com a publicação da Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, são aditados novos artigos ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, tendo como objetivo a avaliação geral dos imoveis. O artigo 15ºD n.º 1 - Valor Patrimonial Tributário refere no seu n.º 1 que "os valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos objeto da avaliação geral são determinados por avaliação direta..." sendo que a alínea a) do n.º 4 preceitua que os valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos que tenham sido objeto da avaliação geral entraria em vigor em 31 de dezembro de 2012. Todavia, mais adiante no artigo 15-M afeta uma verba resultante do IMI relativo aos anos de 2011 e de 2012 que vier a ser arrecadado em 2012 e 2013 ao abrigo do supracitado artigo 15.º n.º 5, ouvida a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e através da Portaria do Ministro das Finanças. ----------

A Portaria referida veio a ser publicada no passado dia 18 de abril de 2012, com entrada em vigor no dia imediatamente a seguir, 19, tudo como melhor consta no Diário da República I Série, n.º 77, de 18 de abril de 2012, Portaria n.º 106/2012. Aí se prevê, desde logo, que a verba de 5% para despesas tem incidência ***sobre o imposto relativo ao ano de 2011, a arrecadar em 2012.*** -------

Aqui chegados, a primeira pergunta a formular é a de saber as razões da incidência sobre o IMI de 2011, tendo em conta o que dispõe o artigo 15.ºD n.º 1 e n.º 4 alínea a), do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, aditado pelo

artigo 6.º da Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro. Isto é, se os efeitos da avaliação geral se produzem a 31 de dezembro de 2012 porquê a incidência de tal verba de 5% sobre o IMI de 2011. ----------

Por outro lado, desconhecem-se as razões, da fixação da percentagem no respetivo montante máximo, porquanto e conforme resulta do disposto no n.º 5 do artigo 15.º do supracitado Decreto-Lei. "Quando se proceder à avaliação geral dos prédios urbanos ou rústicos, será afetada para despesas do serviço de avaliação uma percentagem até 5", o que significa que poderia ter sido fixada percentagem inferior aos 5%. ----------

Uma outra questão prende-se com o preceituado no n.º 3 do artigo 2.º da Portaria acima referenciada, segundo o qual as importâncias retidas mensalmente, por referência à citada verba de 5% constituem receita própria ***não consignada*** *da Autoridade Tributária e Aduaneira. Ora, tratando-se de receita não consignada e de acordo com o principio legal da não consignação orçamental, tal receita há-de servir para a realização não apenas das despesas relacionadas com avaliação geral dos prédios urbanos mas também para todas as demais despesas a realizar pela referida Autoridade no âmbito da sua atividade geral. Neste caso deveria tratar-se de uma receita expressamente consignada às despesas, resultantes da avaliação geral e só estas, como aliás resulta do n.º 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 287/2003 de 12 de novembro. Daqui resulta uma nova forma de financiamento das atividades da Autoridade Tributária e Aduaneira através de imposto direto local municipal, no caso o IMI, cuja receita é própria dos municípios nos termos dos artigos 3.º n.º 2 alínea d) e*

10.º alínea a), ambos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais). ----------

Acresce referir como questão de princípio e por razões da mais elementar justiça qualquer verba a afetar para despesas de avaliação geral neste caso, dos prédios urbanos, a deduzir a receita tributária do IMI deveria incidir não no montante total dessa receita arrecadada pelos municípios, mas sim na diferença que resultaria entre a receita deste imposto arrecadada no ano anterior ao da avaliação geral e, não levando em linha de conta, aumentos deste imposto decorrentes do fim de isenção e consequente alargamento da base tributária, entre outros aspetos. ----------

Deste modo e, uma vez mais, salvo melhor opinião, estamos perante uma violação dos princípios constitucionais da autonomia financeira dos municípios e da justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e municípios. Mais, confrontamo-nos com uma alteração por via administrativa e mediante portaria, ao artigo 10.º alínea a) da Lei das Finanças Locais. ----------

Neste quadro, solicito a V. Exa. que sejam adotados pela nossa ANMP os procedimentos e diligências que se revelem necessárias e adequados a salvaguardar os interesses dos municípios e o cumprimento da Lei das Finanças Locais." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**,no uso da palavra leu uma **Saudação ao 25 de abril e 1º de maio**, cujo teor a seguir se transcreve: "Ao aproximar-nos de duas datas com grande significado na vida dos portugueses,

não podemos deixar de continuar a refletir sobre a situação política atual e o caminho que tem sido percorrido, passados que são 38 anos após o 25 de abril de 1974.----------

É tempo de afirmar que os direitos conquistados por uma geração não são privilégios adquiridos, mas a marca de um tempo em que a igualdade económica e a democracia social estiveram ao nosso alcance. É na defesa desses direitos que a geração de abril e a geração 12 de março se cruzam e lutam, lado a lado. ----------

A recente alteração da legislação laboral, com a redução dos direitos dos trabalhadores, o corte nos subsídios de férias e de Natal, as maiores dificuldades e a redução dos apoios na saúde e na segurança social para os portugueses na generalidade e para os mais idosos em particular, as novas regras de atribuição do subsídio de desemprego e o congelamento das reformas, não podem deixar de merecer uma firme e determinada oposição. ----

As greves gerais de novembro e março passado, as várias greves e lutas no setor dos transportes e da função pública, as grandes manifestações de 15 de outubro, 11 de fevereiro e 31 de março, os inúmeros protestos por todo o país, são a prova de que o povo não se resigna e que as políticas da troika e do FMI levadas à prática pela direita, não são inevitáveis, não as aceitamos e continuaremos a lutar contra a sua aplicação. ----------

É tempo de saber encontrar formas novas de resistência, de unidade e de luta, conducentes a uma vida de esperança para os que vivem hoje e que consiga contrariar o atual rumo dos acontecimentos; um futuro que em abril de 1974 a maioria dos portugueses desejaram ser mais fraterno e solidário. ----------

A todos os que no passado lutaram com a esperança de que o seu contributo seria importante para a vida dos portugueses, prestamos uma justa e sentida homenagem.----------

Por estas e outras razões: **Saudamos as datas históricas de 25 de abril e do 1º de maio, homenageando todos aqueles que lutaram e continuam a lutar por um Portugal com esperança, fraterno e solidário.**----------

Em maio continuar abril e por um futuro mais justo com uma cidadania atuante". ----------

A senhora **Deputada Municipal – Celina Figueiredo (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **Saudação** cujo teor a seguir se transcreve: "Após mais de quatro décadas de ditadura, a liberdade alcançada com o 25 de abril de 1974 renovou a aspiração do povo português, atribui-lhe direitos, liberdades e garantias constitucionais No dia 2 abril de 1976, depois das primeiras eleições em liberdade os deputados constituintes aprovaram a nova Constituição da Republica. "Uma constituição democrática e progressista que merece ser respeitada e defendida" ----------

Dissemo-lo na altura, porque sabíamos que as forças conservadoras a sentiam como um obstáculo às suas políticas, aliás nem os sucessivos Governos, nem os Presidentes da Republica a cumpriram ao longo destes 36 anos, por isso tem sido parte da nossa luta, o combate pela sua defesa e pela sua aplicação efetiva, firme e intransigente. ----------

É uma constituição onde as vertentes, politica, económica, social e cultural da democracia, aliadas aos desígnios da independência e da soberania nacionais, inscreve os direitos dos trabalhadores e reconhece às mulheres o direito à

igualdade no trabalho, na família e na sociedade. ----------

É uma constituição que consagra novos direitos fundamentais das crianças, dos jovens, dos reformados, dos cidadãos com deficiência, e que proclama a subordinação do poder económico ao poder político, que lança as bases avançadas dos direitos e consagra como princípios e valores inalienáveis um país independente, de paz e cooperação. ----------

De facto importa refletir sobre a enorme distância que separa os princípios e objetivos constitucionais da realidade em que hoje vivemos. Essa reflexão não deverá nos conduzir ao pessimismo nem à falta de esperança, mas para que se fortaleça em Portugal uma vontade coletiva, através do exercício dos direitos e liberdades que conquistamos, abrindo novos horizontes de esperança e de progresso social identificados com os valores da constituição. ----------

Os tempos que vivemos são tempos de luta, luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, do direito à saúde, à educação, à habitação, aos transportes, do direito aos direitos a que todo o ser humano, pelo simples facto de existir, tem direito - direitos que este governo e esta politica lhes roubam todos os dias. -----

Nesse sentido, é tarefa primordial comemorar o Dia da Liberdade, num momento adequado à realização de fortes ações em defesa dos valores de Abril, que são alvos preferenciais das *Troikas*. ----------

*D*epois chegará dia do Trabalhador - 1^0 de Maio, este ano comemora-se o 50^0 aniversário daquele que foi o maior e o mais poderoso 1^0 de Maio erguido pelo movimento operário português no tempo do fascismo - 1^0 de Maio de 1962. ----

Os trabalhadores e as populações lutam e resistem aos objetivos inscritos pelo pacto de agressão e ao acordo da chamada concertação social. ----------

É premente continuar a luta e a oposição aos retrocessos

civilizacionais que os sucessivos governos impõem aos trabalhadores e às populações, é imprescindível uma rutura com esta política, é urgente a concretização de políticas que promovam o desenvolvimento económico e a produção nacional, que eleve as condições de vida dos trabalhadores e que afirme a soberania nacional. ----------

Basta de falsas promessas, o país não está condenado ao definhamento. ----------

Recordando o poeta popular António Aleixo: ----------

Vós que lá do alto do vosso império ----------

Prometeis um mundo novo ----------

Calai-vos que pode o povo ----------

Querer um mundo novo a sério. ----------

A greve geral de 22 de março foi mais um momento de luta em que dissemos que este não é o caminho, que a austeridade só cria recessão, empobrecimento, desemprego e falência de milhares de empresas. ----------

Rejeitamos o pacto de agressão que provoca recessão, precariedade, privatizações, corte nos salários e pensões, aumento dos preços, encerramento de serviços públicos e o empobrecimento do país. ----------

Manifestamos a nossa solidariedade com os trabalhadores e as populações do concelho atingidos nos seus direitos, e apelamos à sua participação nas comemorações populares do 25 de Abril e do 1° de Maio". ----------

O senhor **Deputado Municipal - Carlos Guerreiro (PPD/PSD.CDS.PP)**, no uso da palavra leu uma **Moção** que a seguir se transcreve: "**No desafio do desenvolvimento do país, o distrito de Setúbal afirma "Presente"**! ----------

O turismo é um dos principais setores da economia portuguesa, pela sua importância ao nível do crescimento e do emprego, tendo o seu peso na economia vindo a crescer nos últimos anos. Portugal é dos principais destinos turísticos mundiais, mas tem vindo a perder quota para outros mercados; Portugal ambiciona crescer turisticamente a uma taxa anual de 5%, prevendo-se que em 2015 venham a Portugal cerca de 20 milhões de turistas com o consumo de cerca de 15 milhões de euro de receitas, o que corresponde a cerca de 15% do PIB e 15% do emprego; o Alentejo terá a maior taxa de crescimento anual de 11%, com fundamental importância no litoral alentejano; na região de Lisboa, o turismo tem crescido a um ritmo elevado, com uma taxa anual de 6,3%, acima de destinos concorrenciais como Londres, Paris e Madrid, mas inferior ao de cidades de referência como Praga e Barcelona, condicionado por limitações na acessibilidade aérea – recorde-se que a este propósito que Barcelona tem mais ligações aéreas que Lisboa; Tendo em atenção os respetivos planos regionais de ordenamento do território, o reforço das acessibilidades aéreas é considerado um dos pilares fundamentais para um desenvolvimento turístico sustentado, a regiões emissoras com maior potencial turístico em cada mercado emissor e, terá grande impacto no crescimento dos fluxos turísticos a curto prazo; a prioridade deverá ser dada à redução de lacunas ao nível das ligações diretas, permitidas pelo sistema ponto-a-ponto das companhias aéreas low cost, entre os principais aeroportos do país e os mercados emissores, que se pretende que contribuam para a redução da sazonalidade, sendo pedra fundamental e integrante, para um dos setores mais importantes da economia portuguesa e em particular a economia do distrito de Setúbal; por outro lado, as tendências mundiais apontam no sentido da diminuição nos custos de transporte e no

aumento da despesa com a estadia – razão motivadora de um investimento inadiável num aeroporto complementar para Lisboa. Neste contexto, o número de ligações aéreas efetuadas por companhias low cost assume especial relevância.----------

O desempenho turístico de Portugal tem sido condicionado por lacunas nas acessibilidades aéreas; as companhias aéreas de transporte low cost apresentam menores custos de operação, conseguindo por isso rentabilizar as rotas mais facilmente, principalmente em voos inferiores a 3 horas.----------

No âmbito do chamado ciclo do turista, no que se refere às acessibilidades, verifica-se a tendência para a redução dos custos com transportes, sendo importante para um destino europeu, captar rotas e bases principalmente de companhias low cost. ----------

Prevê-se que o crescimento do turismo seja dinamizado pelos diversos produtos turísticos, de que se destacam: City Break (Lisboa e Península de Setúbal) e cross- selling de Lisboa com o Alentejo, aproveitando o contraste do divertimento/desporto com a calma da natureza (Lisboa com a Península de Setúbal e Litoral Alentejano). O crescimento deve ser alavancado pelos produtos turísticos: Touring, sol e Mar, Golfe e Ecoturismo (Península de Setúbal e Litoral Alentejano). ----------

Prevê-se que por volta de 2030, o número de movimentos por hora ultrapasse a capacidade aeroportuária da Portela. Como o horizonte temporal para a implementação de uma infraestrutura aeroportuária é longo, urge atempadamente tomar decisões que permitam a sustentabilidade das acessibilidades aéreas na região de Lisboa. ----------

O PLANO ESTRATÉGICO de TRANSPORTES apontava já no sentido de se estudar uma alternativa complementar ao aeroporto da Portela, referindo as possibilidades de ser na BA6 Montijo ou no Campo de Tiro de Alcochete, ou ainda o aproveitamento modular do CTA – Campo de Tiro de Alcochete, prevenindo a possibilidade futura de se avançar para uma cidade Aeroportuária e Logística integrada. ----------

No final de 2011, o Governo tomou a decisão de nomear um grupo de trabalho para estudar as formas de maximização da capacidade atual do aeroporto da Portela e, ao mesmo tempo estudar a possibilidade de reconverter, para complementar o aeroporto da Portela, uma das bases aéreas militares da região de lisboa, nomeadamente: BA6 Montijo; BA1 Sintra, Depósito Geral de Material da Força Aérea de Alverca, admitindo ainda as eventuais hipóteses da BA5 de Monte Real e, do aeroporto de Beja. Foi dado a este grupo de trabalho o prazo de 90 dias para apresentar o referido estudo. ----------

Uma análise global ao aeroporto do Montijo permite afirmar que a sua situação atual é a que reúne melhores condições para acolher esta infraestrura, não só porque possui um conjunto de características intrínsecas que se constituem como pontos fortes muito importantes para um aeroporto deste tipo, mas também atendendo à sua localização na medida em que as acessibilidades e meios de transporte a cidades vizinhas estão bem consolidados. ----------

A base aérea do Montijo possui o Aeroporto Complementar que permite a maior expansão e com menor custo, fator fundamental para a viabilidade económica, na prática de baixas taxas aeroportuárias "exigidas" pelos operadores low cost. ----------

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Montijo reunida em sessão ordinária em 23/04/2012 decide manifestar o seu apoio à escolha da BA6 no Montijo para a instalação do Aeroporto Complementar de Lisboa. ----------
Mais decide dar conhecimento à senhora Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República e senhor Primeiro Ministro e divulgar esta moção junto da comunicação social". --

O senhor **Deputado Municipal - Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra leu uma **Moção** com o seguinte teor **"Contra a extinção de Freguesias. Em defesa do Poder Local Democrático** ----------
-A Assembleia da República aprovou no dia 13 de Abril com os votos favoráveis do PSD e CDS a PL n" 44/XII que aponta para a extinção de centenas de freguesias. ----------
Esta legislação a ser promulgada pelo Presidente da Replica, e a ser aplicada, representaria um grave atentado contra o poder local democrático, os interesses das populações e o desenvolvimento local. ----------
Considerando que ao contrário do anunciado «reforço da coesão» o que daqui resultaria seria mais assimetrias e desigualdades. Juntar os territórios mais fortes, mais ricos ou com mais população com os mais fracos ou menos populosos - em áreas urbanas ou rurais - traduzir-se-ia em mais atração para os primeiros (os que sobreviverão como freguesias) e mais abandono dos segundos (os que verão as suas freguesias liquidadas). Ou seja, mais abandono, menos investimento local, menos serviços públicos, menos coesão para quem menos tem e menos pode. ----------

Considerando que ao contrário dos «ganhos de eficiência e de escala» que resultariam da «libertação de recursos financeiros» o que se teria era menos proximidade e resposta direta aos problemas locais com menos verbas e recursos disponíveis. Para além do novo corte de verbas do OE prevista para 2013, as chamadas majorações de 15% para as freguesias "agregadas" sairiam do montante global do FFF, ou seja, seriam retiradas ao montante destinado ao conjunto das freguesias, e mesmo as prometidas novas competências seriam construí das à custa das verbas dos municípios. ----------

Considerando que qualquer reforma administrativa do território que se pretendesse séria, deveria ao contrário da liquidação de centenas de freguesias, criar as condições e afetação dos meios indispensáveis ao exercício das atribuições e competências, que hoje lhe são negados, e ao mesmo tempo concretizar a regionalização como a Constituição da República determina, indispensável a um processo de descentralização que se pretenda coerente, a uma reforma da administração pública racional, ao desenvolvimento económico regional e à defesa da autonomia municipal. ----------

Considerando que as freguesias representam em termos do Orçamento do Estado - 0,1% do total - e em nada contribuem para a dívida pública, mais clara fica a intenção do governo - atacar o poder local e os direitos das populações ao bem-estar e à satisfação das suas necessidades locais. ----------

Considerando que a liquidação de centenas de freguesias representaria um enorme empobrecimento democrático (traduzido na redução de mais 20 mil eleitos) ; enfraquecimento da afirmação, defesa e representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura; o aprofundamento das assimetrias e perda de coesão (territorial, social e

económica), o abandono ainda maior das populações, o acentuar da desertificação e, ainda, mesmo que o neguem, um ataque ao emprego público (milhares de trabalhadores das freguesias extintas cujo destino futuro será o despedimento ou a mobilidade). ----------

Considerando que a manifestação nacional de freguesias do dia 31 de Março convocada pela ANAFRE e por Plataformas contra a liquidação das freguesias, constituiu uma inapagável resposta das populações em defesa da sua identidade e raízes, uma poderosa expressão de afirmação dos seus direitos e identificação com as suas freguesia e respetivos órgãos autárquicos, tal como já o fora o Congresso da ANAFRE em 2 e 3 de Dezembro de 2011, o Encontro Nacional de Freguesias de 10 de Março de 2012, assim como as múltiplas manifestações de descontentamento, conjuntas ou de cada freguesia e município. ----------

A Assembleia Municipal de Montijo reunida a 23 de Abril 2012 delibera: --------

1-Manifestar a sua oposição a qualquer proposta de liquidação de freguesias e afirmar a defesa do atual número de freguesias, por aquilo que representam para as populações, com reforço das suas competências e meios financeiros. Nenhum órgão autárquico foi eleito com o mandato para liquidar freguesias. --

2- Apelar às Câmaras e Assembleias Municipais para recusarem ser cúmplices da liquidação de freguesias nos seus concelhos, não aceitando a chantagem da eventual redução de 20% das freguesias a extinguir, como se duma promoção comercial se tratasse. Como já se insinua, hoje é a liquidação de freguesias, amanhã serão os municípios. ----------

3- Exortar a ANAFRE e ANMP a não pactuarem com este processo, não indicando representantes para a chamada "Unidade Técnica". ----------

4- Reivindicar do Presidente da República a não promulgação desta legislação em conformidade com as suas responsabilidades constitucionais e em consonância com as suas declarações contra o agravamento das assimetrias regionais, a desertificação e o despovoamento do interior, e em defesa da identidade local. ----------

5- Apelar a todos os autarcas, aos trabalhadores das autarquias, ao movimento associativo e à população para o prosseguimento da luta e das diversas ações, contra a extinção de freguesias e em defesa do poder local democrático". --------

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**,no uso da palavra leu uma **Moção** intitulada "**Pela Realização do Referendo Local Sobre a Criação, Extinção Fusão ou Alteração dos Limites Territoriais das Autarquias Locais**", cujo teor abaixo se transcreve. ----------

"1. Considerando a Proposta de Lei n.º **44/XII** que, entre outras medidas, visa impor uma redução drástica de freguesias, mediante a alteração dos limites territoriais das autarquias locais, cujos critérios definidos para a agregação, redução e extinção de freguesias não servem os interesses das populações e do país; ----------

2. Entendendo que da aplicação dos critérios previstos resultará o acentuar das assimetrias na administração territorial, a centralização do poder e o afastamento das populações da participação e das decisões sobre a organização do território; ----------

3. Asseverando que as freguesias· consubstanciam um elemento muito forte na identidade e sentimento de pertença das populações, decorrentes quer do longo processo de ocupação do solo, quer pela proximidade desenhada às

comunidades; ----------

4. Atendendo a que as mudanças ocorridas desde 1916, data em que a paróquia civil recebeu a designação de "freguesia", na distribuição da população, na construção dos equipamentos e na ocupação e usos do território, ao invés de aconselhar a extinção de mais de metade freguesias, antes incitam ao reforço das suas competências, à melhoria da participação pública e ao aprofundamento da democracia local; ----------

5. Tendo em consideração que, não obstante a Constituição da República Portuguesa dispor que a criação, extinção e modificação de autarquias locais e respetivo regime é da exclusiva competência da Assembleia da República (alínea n) do artigo 164.º e n.º 4 do artigo 236.º). a intervenção elas/dos autarcas e das populações impõe-se como essencial nos procedimentos que introduzam alterações significativas ao regime das autarquias locais; ----------

6. Reconhecendo que a Carta Europeia da Autonomia Local (CEAL), tratado internacional assinado a 15 de Outubro de 1985 e que vincula Portugal, aponta para um novo elemento: a consulta popular, de que o referendo é um exemplo, e que o artigo 5º da CEAL refere, "as autarquias locais interessadas devem ser consultadas previamente relativamente a qualquer alteração dos limites territoriais locais, eventualmente por via de referendo, nos casos em que a lei o permite"; ----------

7; Entendendo-se que, para concretização deste desiderato democrático, a lei deve determinar que a audição dos órgãos das autarquias locais afetadas tenha carácter vinculativo e com prazos adequados à realização de consultas locais diretas, permitindo às populações decidir o destino da respetiva organização administrativa territorial; ----------

8. Salientando que diversas Assembleias Municipais aprovaram moções em defesa da realização do referendo local, como Azambuja, Barcelos, Barreiro, Beja, Coimbra, Guarda, Lagos, Lisboa, Loures, Portimão, Salvaterra de Magos, São Pedro do Sul, Valongo, Viana do castelo, Vila do Conde, Vouzela bem como a Assembleia Metropolitana do Porto. ----------

Tendo em conta que o parecer da Assembleia Municipal deve ser sustentado num referendo local que espelhe, de modo efetivo vontade da população. a Assembleia Municipal de Montijo, reunida em sessão ordinária a 23 de Abril de 2012, delibera: ----------

1. Repudiar a Proposta de Lei nº 44/XII por não responder, de forma adequada, às necessidades e anseios das populações e do país. ----------

2. Defender a realização de referendo no Concelho do Montijo tendo em conta os pressupostos de criação, extinção, fusão ou modificação dos limites territoriais das freguesias. ----------

3. Caso a Moção seja aprovada a mesma deverá ser enviada para o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, o Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Associação Nacional de Municípios Portugueses, à ANAFRE e aos meios de comunicação social local, Regional e Nacional". ----------

O **Presidente da Junta de Freguesia do Montijo – Francisco Santos (PS),** no uso da palavra leu uma **Moção** alusiva ao **Novo Aeroporto de Lisboa**, cujo teor a seguir se transcreve: "o Governo determinou a revisão dos prossupostos que serviram de base à decisão de construção do novo aeroporto de Lisboa, dando prioridade à introdução de medidas que incrementem a vida útil das

infraestruturas aeroportuárias existentes e à rentabilização da capacidade disponível no aeroporto da Portela e dos sucessivos investimentos realizados. ----------

Refere o Plano Estratégico dos Transportes - Mobilidade Sustentável, aprovado pela resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011, de 13 de, Outubro, tendo presente o efeito potenciador que novas rotas representam para a economia de um país (emprego direto e indireto, desenvolvimento urbano e criação de serviços e tecido empresarial adjacentes, entre outros), bem como para o turismo, como é muito evidente em Portugal, será avaliada a viabilidade de conversão de outras infraestruturas aeroportuárias existentes que permitam, com um reduzido investimento, receber o eventual tráfego que não for possível acomodar no Aeroporto da Portela, permitindo igualmente o desenvolvimento inerente da região, com a maior captação de tráfego e aumento de capacidade na gestões aeroportuária e de tráfego aéreo. ----------

O Despacho n.º 797/2012 do Ministério da Defesa Nacional e da Economia e do Emprego, determinou a criação de uma equipa de missão para o estudo de viabilidade do aeroporto complementar de Lisboa. Segundo veio a público, existem quatro hipóteses em análise, todas bases militares, no Montijo, Alverca, Granja do Marquês (em Sintra) e Ota. ----------

O Despacho n.º 797/2012 do Ministério da Defesa Nacional e da Economia e do Emprego, determinou a criação de uma equipa de missão para o estudo de viabilidade do aeroporto complementar de Lisboa. Segundo veio a público, existem quatro hipóteses em análise, todas bases militares, no Montijo, Alverca, Granja do Marquês (em Sintra) e Ota. ----------

Todos sabemos, através de notícias publicadas em órgãos de comunicação social, a juntar às opções de localização de um aeroporto low cost na bases militares do Montijo, Alverca, Granja do Marquês (em Sintra) e Ota, está a ser equacionada a possibilidade de construção de uma pista para as operadoras low cost operarem no Campo de Tiro de Alcochete, ou seja, Montijo Este. Só esta opção, segundo os seus defensores, entre os quais o senhor Bastonário da Ordem dos Engenheiros, consegue responder em tempo útil a esta necessidade, uma vez que «os planos estão prontos, já foram alvo de discussão pública e as obras podem iniciar-se de forma célere». ----------

A Câmara Municipal de Montijo em 16 de Novembro de 2011, aprovou uma recomendação, com os votos favoráveis do PS e da CDU e os votos contra da coligação PSD / CDS-PP, em que recomenda, no atual quadro de restrições financeiras e orçamentais do país, se faça um compasso de espera, de forma a avançar com a anterior solução de construção do Novo Aeroporto de Lisboa na parte Este do concelho de Montijo, decisão tomada pelo anterior Governo da República, ao fim de quase 40 anos de estudos e análises técnicas sobre possíveis localizações. ----------

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida em 23 de Abril de 2012,considera: Enquanto posição de princípio, a opção Montijo zona Este, não deve ser abandonada. No presente momento, é a única localização em que podemos afirmar reúne as melhores condições na defesa dos interesses nacionais e consequentemente da região; reúne condições técnicas e ambientais comprovadas em vários estudos publicados. ----------

Considera que, no atual quadro de crise, por razões de contenção orçamental, a opção Montijo Este não seja, para já, desenvolvida no conceito apresentado

pela NAER e que é suportado pelo Plano Diretor do Novo Aeroporto de Lisboa, cuja versão final já foi apresentada e que implica a construção de um novo aeroporto de substituição à Portela. ----------

Considera, em defesa do interesse nacional e da região na qual o concelho de Montijo se insere, seja equacionada a possibilidade de construção de uma pista para companhias aéreas low cost operarem no Campo de Tiro de Alcochete, localizado na parte Este do concelho de Montijo. ----------

Considera, no atual quadro de restrições financeiras, a decisão do Governo deve ter em conta o real interesse nacional e não o interesse de uma ou de outra "quinta", de um ou de outro lobby, de um ou de outro grupo económico. ---------

Considera, caso seja a opção do Governo, a localização de um aeroporto para companhias low cost nas instalações militares da BA6, sejam considerados os impactos ambientais, no respeito pela Reserva Natural do Estuário do Tejo, pela qualidade do ar, pelo ruido provocado e que esteja garantida a segurança da população residente da cidade de Montijo. ----------

O senhor **Deputado Municipal – José Caria (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Intervenção**, que abaixo se transcreve: "O Boletim de Primavera do Banco de Portugal confirma o aprofundamento da recessão em 2012 e o seu mais que provável prolongamento ao longo de 2013. ----------

O impacto recessivo das medidas decorrentes da aplicação extravagante do "PAEF" traduz-se desde logo em 2012 e 2013 numa queda do emprego de -3,6% em 2012 e de -0,7% em 2013, o que significa a destruição nestes dois anos de pelo menos cerca de 207 mil empregos e a correspondente subida do desemprego. ----------

O desemprego atinge níveis extremamente elevados, sendo particularmente grave para os jovens e para os desempregados mais idosos e com menor nível de qualificação; ----------

Todas as previsões apontam para um agravamento significativo da taxa de desemprego em 2012, com consequente agravamento da pobreza e da exclusão;

Até agora não têm sido tomadas medidas **significativas** de promoção do Crescimento e do Emprego; ----------

Com efeito, nestas áreas, a ação do Governo parece ter-se esgotado na adoção de uma única medida de emprego, o Estímulo 2012, o que é manifestamente insuficiente. ----------

Num contexto em que o desemprego atinge níveis alarmantes e sem precedentes, a redução do desemprego não pode deixar ser o objetivo central das políticas económicas e sociais. ----------

Considera-se urgente que o Governo considere a redução do Desemprego como uma prioridade e, nesse quadro, assuma nomeadamente o pleno cumprimento do Compromisso para a Competitividade e do Emprego, de 18 de Janeiro, especialmente quanto ao reforço das políticas ativas de emprego e de formação, à reestruturação e melhoria do funcionamento dos Centros de Emprego e à criação de emprego, cumprimento que, a não ser respeitado, deverá merecer denuncia e resolução de contrato;----------

Praticamente todas as medidas do Compromisso Tripartido para o Crescimento, Competitividade e Emprego continuam por apresentar, salvo as referentes ao Código de Trabalho; ----------

É urgente a dinamização da negociação coletiva, reforçando o diálogo entre

trabalhadores e empregadores na procura de soluções que maximizem o emprego; ----------

É urgente a tomada de medidas de apoio ao Sector Empresarial do Estado que assegurem a sua viabilização; ----------

É indispensável que exista financiamento à economia que evite o encerramento de empresas viáveis; ----------

A nível europeu, apesar dos dois últimos Conselhos Europeus se manifestarem preocupados com o Crescimento e o Emprego, não foram tomadas quaisquer medidas com impacto imediato. ----------

São necessárias discussões e rápida entrada em vigor de medidas de **Política de Emprego**, merecendo especial destaque: ----------

O Programa de Emprego de Jovens, reforço e reorganização dos Centros de Emprego (face ao aumento do número de Desempregados) ----------

Lançamento dos Programas de Qualificação, utilizando de imediato a capacidade disponível nos Centros de Formação Profissional. ----------

o impacto esperado das medidas do "P AEF" ,com o agravamento imposto pelo Governo ,em 2012 - designadamente, o ataque aos rendimentos dos trabalhadores e reformados, subida dos preços dos transportes públicos, energia e outros bens essenciais, o aumento do IV A e do IRS, e os cortes dos apoios sociais -leva a que a mais recente previsão do cenário macroeconómico preveja uma queda do Pffi em 2012 que é praticamente o dobro da que era esperada antes da sua assinatura (de -1,6% passou para -3,4%), com o Consumo Privado a cair como nunca (-7,3%), o Consumo Público também em queda e o Investimento a continuar o seu já longo percurso de queda contínua, que faz com que o seu nível real atual se situe hoje próximo dos níveis de 1996. ----------

Para o agravamento nas previsões de recessão em 2012 contribui fundamentalmente o agravamento esperado na queda do Consumo Privado, na queda das importações, na queda do investimento e o menor crescimento que agora se estima para as exportações. ----------

o Boletim Económico do Banco de Portugal reconheceu que o elevado nível de inflação esperado para 2012 (3,2%), depois de em 2011 ela se ter situado nos (3,7%), é reflexo do crescimento dos preços associado a decisões administrativas e dos aumentos da tributação indireta, prevendo a queda considerável do poder de compra das famílias e dos trabalhadores. ----------

o Banco de Portugal reconheceu, e à imagem do que fez em anteriores análises, que são elevados os riscos de uma evolução mais desfavorável da atividade económica, quer isto dizer de a queda do Pffi em 2012 pode ser superior ao que agora projeta, como resultado da degradação da envolvente externa. ----------

O rumo que o país segue é cada vez mais preocupante. O governo do PSD/CDS-PP vem insistindo que o país está na direção certa para resolver a crise e chega a datar o seu fim, mas a realidade é bem outra, nem um só problema do país conhece uma evolução positiva. ----------

Antes pelo contrário, com a política do atual governo do PSD é ao avolumar dos problemas a que assistimos. ----------

Destruição e liquidação da produção nacional, proteção aos sectores dominados pelo grande capital que em geral desenvolvem as suas atividades em sectores protegidos e o rápido retomo e a entrega ao estrangeiro de importante património do país explicam parte da nossa atual situação. ----------

Políticas que promovem o favorecimento de atividades puramente financeiras. Que têm posto o acento tónico no défice orçamental, em detrimento do

crescimento económico e que se levam mais longe e de forma mais drástica a cada mês que passa. ----------

Uma crescente dívida externa, bem como o avolumar dos nossos défices crónicos (alimentar, energético, tecnológico, transportes) e que fazem de Portugal um país cada vez mais dependente, mais endividado e mais vulnerável. ----------A concretização extravagante que o Governo, "mais papista que o Papa" (em relação ao PAEF), tem vindo a dar ao PAEF está a traduzir-se numa espiral de destruição de emprego e empresas, de extorsão de recursos públicos, de maior endividamento e de degradação geral das condições de vida das populações. -----

Nos primeiros meses de 2012, todos os indicadores de confiança publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre o andamento da economia bateram os mínimos históricos de mais de 20 anos. ----------

Um agravamento que se reflete na industria transformadora, no comércio a retalho, na restauração, na construção e obras públicas, nos serviços e na agricultura. ----------

Ao contrário do que o governo do PSD afirma, estamos a assistir a uma situação, nunca antes vista, de acelerada degradação económica. ----------

O principal e primeiro problema, por exemplo, da generalidade das micro, pequenas e médias empresas deste país (até aos 50 trabalhadores), que trabalham e vendem no mercado interno, e que são o grosso do tecido económico nacional, é o da brutal redução do poder de compra dos portugueses! Bem podiam melhorar os custos operacionais, baixar o preço da energia, eletricidade ou gás natural, o preço dos combustíveis e dos transportes, facilitar o acesso ao crédito em condições aceitáveis e compatíveis com a rendibilidade das empresas, bem podiam eliminar ou substituir o Pagamento Especial por Conta e

dar outras condições fiscais, e tudo devia e podia acontecer; ----------

Mas, se os cidadãos não tiverem dinheiro/rendimentos para, de vez em quando, almoçar ou jantar fora, comemorar um aniversário ou festejar uma qualquer outra festa familiar num restaurante, ou o simples convívio com uns amigos, se não tiverem dinheiro para comprar uns sapatos ou um livro, dar um passeio com os filhos ou substituir um eletrodoméstico avariado as empresas não sobreviverão. ----------

Se o comércio não vender porque há menos gente a comprar, se a oficina de automóveis ou a pichelaria não vender o seu serviço porque às famílias não lhes sobrou liquidez para lá do que gastam em alimentação, renda de casa, transportes, educação dos filhos, saúde (e já estou a meter coisas a mais em salários e pensões muito curtos!), não há pequena empresa que se aguente, e tem como solução única fechar portas! ----------

Ora, os rendimentos da generalidade dos portugueses estão a ser completamente comidos! Engolidos pela voracidade das medidas do Governo do PSD que usa e abusa do que ele próprio chama, incorretamente, **cumprimento** do "P AEF". ----------

Não há orçamento familiar que se aguente! Corte/congelamento dos salários e pensões! Corte de apoios sociais (abonos, subsídios de desemprego, bolsas de estudo, rendimento social de inserção, etc., etc.)! Aumento das taxas moderadoras e dos medicamentos! Aumento dos transportes! Maior retenção do IRS, a par do aumento do valor do imposto. Aumento *do* IVA. Aumento da energia - eletricidade e gás natural! Preços do gasóleo e gasolina acima dos preços recorde de 2008; ----------

E o desemprego (às vezes dois por família!) a instabilizar e provocar queda

abrupta do dinheiro entrado em casa. ----------

Não havendo rendimento das famílias, não há poder de compra! Não há mercado interno! Não há atividade económica para dezenas de milhares de empresas, para quase todas as empresas portuguesas. ----------

E a falência acontecerá, quaisquer que sejam as outras condições! ----------

Aumentar o poder de compra, aumentar salários e pensões, e melhorar, e não eliminar e/ou reduzir apoios sociais! É travar o desemprego, criar postos de trabalho investindo na produção. ----------

Mas há dinheiro para isso, perguntarão alguns de vós? ----------

Há, é uma questão de o ir buscar onde ele existe, concentrado e em grande quantidade nos grandes grupos económicos! Ao sector financeiro! E não aos mesmos de sempre: trabalhadores, pensionistas, pequenos e médios empresários! A queda a pique do poder de compra e do consumo dos portugueses é a primeira responsável pela redução do PIB em 2011. ----------

Tendo, logo a seguir, o afundamento do investimento público - ao nível dos nos 50! Responsáveis por um PIB, no 4.^{0} trimestre de 2011, igual ao de há seis anos atrás!; ----------

E responsáveis pelo aumento em flecha do desemprego. ----------

Números que conhecemos do Ministério da Justiça são o retrato do que foram os primeiros nove meses do ano de 2011, e uma antecipação do quadro negro de 2012! ----------

Nos primeiros três trimestres de 2011 desapareceram mais de 39 mil empresas! Mais de 1/4 é do sector do comércio! E se a Construção Civil e Imobiliário vêm a seguir, com cerca de 18%, temos depois a restauração, com 9%! ----------

E ainda não se tinham feito sentir as consequências do IVA a 23% para vários

produtos, e outras medidas gravosas aprovadas pela maioria PSD/CDS, no Orçamento do Estado para 2012. ----------

Nem reflete ainda o que também vai significar a Nova Lei do Arrendamento de agravamento para milhares de Famílias, de pequenos empresários, com lojas abertas e arrendadas. ----------

O aumento da taxa do IVA de 13% para 23%, tem consequências muito negativas para a restauração e comércio tradicional, pela penalização do poder de compra dos portugueses! ----------

A grande distribuição, fará como fez em anteriores subidas das taxas do IVA, transferir a subida para as pequenas empresas que a fornecem! ----------

As alterações na lei das rendas terão consequências não menos negativas. ---------

Com a Lei das Rendas do governo PSD é a instabilidade do valor das rendas, e o seu inevitável aumento: - Famílias e empresários completamente reféns dos senhorios das suas instalações, ameaçadas a qualquer altura de terem de mudar de casa... ----------

Se para um inquilino habitacional de baixos rendimentos a situação, com a mesma lei, será muito difícil, para uma empresa que fez investimentos numa dada instalação, que tem empregados, que precisa de tempo para amortizar o que investiu, a ausência de uma perspetiva de continuidade / estabilidade no uso dessas instalações tenderá a liquidar a própria empresa! ----------

Aliás, o semelhante acontece na energia, no crédito, no fisco, na aplicação dos dinheiros do QREN, no licenciamento de áreas comerciais. ----------

Vale a pena lembrar o que agora veio a público na eletricidade. O Relatório pedido pelo Governo à Universidade de Cambridge, para entregar aos representantes do FMI, do BCE e CE sobre o sector elétrico, demonstra a

existência de lucros excessivos da EDP e outras empresas; ----------

Um excesso que poderá ser avaliado em quase 4 mil milhões de euros até 2020!

Superlucros, responsáveis pela elevada fatura elétrica paga pelos consumidores e empresas portuguesas! ----------

Será que agora, vão obrigar a EDP, IBERDROLA, ENDESA, a devolver-nos, o que "faturaram a mais "durante os últimos anos???!!!... ----------

Estamos a assistir à acentuação do quadro recessivo em que a economia nacional foi mergulhada, com sucessivas revisões em baixa da evolução prevista para o Pffi (entre a assinatura do "PAEF" em Maio do ano passado e os nossos dias, a previsão de queda do Pffi em 2012, quase duplicou tendo passado de -1,8% para -3,3%); o previsto e confirmado abrandamento das exportações registado no último trimestre de 2011, a forte queda do consumo público e, em especial, do consumo privado e do investimento público e privado, conduziram a que, só no 2.°semestre de 2011, se tenham perdido 157600 empregos e o desaparecimento em 2011 de mais de 40 mil empresas. ----------

Estamos a assistir ao agravamento da exploração, assente no ataque aos rendimentos do trabalho e aos direitos de quem trabalha, acompanhado por uma ampla ofensiva que líquida direitos, atinge as condições de vida das populações, privatiza funções sociais do Estado, arruína parte considerável da Produção. -------

Uma ofensiva contra os direitos de quem trabalha, com alguns aspetos da alteração do código do trabalho e alguns aspetos da legislação laboral da administração pública ----------

Uma ofensiva dirigida contra o direito à saúde dos portugueses, com aumentos incomportáveis nas taxas moderadoras, cortes brutais no financiamento do Serviço Nacional de Saúde e o encerramento de serviços de saúde. ----------

Uma ofensiva dirigida contra o direito à habitação, com a aprovação de uma lei dos despejos que lançará para a rua milhares de famílias, em particular as com menos rendimentos e os idosos. ----------

Uma ofensiva dirigida contra o poder local, entre 2010 e 2012 nas transferências diretas para os municípios ... 25% que compromete as condições de vida das populações e acentua o abandono e a desertificação de vastas áreas do País, através da liquidação de centenas de freguesias, a asfixia financeira e o seu empobrecimento democrático (de que são exemplos a lei de extinção de freguesias e a Portaria 106/2012 respeitante ao IMI). ----------

Uma ofensiva dirigida contra o setor da justiça, com o encerramento de tribunais que conduzirá ao agravamento das dificuldades de acesso das populações aos tribunais e à realização da justiça. ----------

Uma ofensiva de destruição de serviços públicos, designadamente correios, repartições de finanças, centros de emprego. ----------

Uma ofensiva dirigida contra o direito ao transporte público, com a redução da oferta a supressão de carreiras e linhas, aumentos incomportáveis no preço dos transportes e nos de títulos de acesso a estudantes e idosos. ----------

Uma ofensiva dirigida contra a escola pública e o direito à educação, traduzida nos cortes ao financiamento, nas alterações curriculares, na eliminação de apoios sociais aos estudantes. ----------

Ofensiva que tem contado com a resistência e luta constitucional e legal (como certamente se confirmará no 25 de Abril e 1º de Maio) dos Portugueses conscientes de que é necessária uma nova política e uma nova estratégia económica que reponham o País no Rumo certo." ----------

O senhor **Deputado Municipal - Alfredo Rodrigues (PPD.PSD/CDS.PP)**, no uso disse: "Quero em primeiro lugar abordar a situação do 25 de abril, vim para esta assembleia neste mandato, eleito pelo CDS, dada a coligação PSD/CDS. Não queria deixar passar a oportunidade de dizer que embora seja um político "pequenino" que quer ser só da terra que me viu crescer, o que eu achava que tinha alguma importância era de facto o 25 de abril, no primeiro ano que aqui cheguei, recordo-me que acabei por não falar no 25 de abril, no segundo ano tentei perceber o que era o 25 de abril nesta casa e para esta gente que eu respeito e quando dei por mim, creio que o governo era do Partido Socialista e o 25 de abril era uma coisa maravilhosa. Hoje, chego à conclusão que o 25 de abril muda conforme o governo é da esquerda ou da direita, quando o governo é da esquerda, temos um 25 de abril, com "bom tempo e sol a brilhar" se o governo é da direita, temos um 25 de abril, com "muita chuva e tempestades". Portanto eu vou continuar a ter um grande respeito pelo dia 25 de abril, mas sinceramente, passados estes 38 anos, com muita boa vontade, seja o governo de esquerda ou da direita, só me vem uma ideia, que é o individuo que anda constantemente a prometer que faz qualquer coisa e nunca faz nada. ----------

O 25 de abril tem sido e continua a ser na minha perspetiva, o bode expiatório da cegueira com que muitas vezes, nós aqui tratamos das situações Porquê? Porque o 25 de abril é que paga o bom e é que paga o mau, e quando o 25 de abril foi um dia, um dia bom que mudou o regime, que alterou um sistema, mas o 25 de abril no dia 26 acabou, e ficaram os políticos que fizeram os outros dias. Mais uma vez vou daqui com o 25 de abril festejado, mas sem ser por mim percebido, porque dá a impressão que o Partido Socialista teve no governo, portanto estamos aqui a discutir se o 25 de abril foi bom ou mau, enfim, se não

formos um bocadinho mais verdadeiros a analisar os nossos problemas, não nos leva a lado nenhum. ----------

Queria colocar uma questão sobre o Cemitério Municipal do Montijo, no sábado perto das 12 horas, fui ao Cemitério do Montijo e foi-me dito que por motivos de pessoal e por motivos de poupança o cemitério, passaria a estar encerrado aos sábados das 11.30 h da manhã até às 14.30 h da tarde. Penso que seria possível encontrar uma forma de o cemitério ao sábado e ao domingo, durante esse período estar aberto, porque são os dias disponíveis que as famílias têm para visitar o cemitério." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra leu um **Voto de Protesto** que abaixo se transcreve e colocou algumas questões: ----

"Considerando que há mais de um ano na Estrada Nacional 11 se encontra um obstáculo que ocupa a via pública no limite da freguesia do Alto Estanqueiro/Jardia e na entrada da freguesia de Sarilhos Grandes, por motivos de uma vala que já originou vários acidentes. ----------

Considerando que a Estradas de Portugal é responsável por esta situação. --------

A Assembleia Municipal de Montijo reunida em 23 de Abril delibera:----------

Exigir que o mais rapidamente possível a Estradas de Portugal ponha termo a tal situação e caso não o faça seja responsabilizada por todos os danos e consequências daí resultantes". ----------

"Relativamente aos contratos a termo certo, o senhor Primeiro-Ministro referiu que os trabalhadores a partir de agora, não terão direito às partes proporcionais, o que significa que teria antes. Queria saber se a Câmara Municipal do Montijo, continua a manter a mesma posição, de que os

trabalhadores em contrato a termo certo, não têm direito a receber as partes proporcionais? ----------

No Diário da Região (jornal do Montijo), saiu uma notícia, na primeira página, com um título que o PCP enganava os trabalhadores em relação à questão da opção gestionária, efetivamente o PCP não engana os trabalhadores, não assina pactos contra os trabalhadores, nunca o fez e mais, tem uma posição muito clara em relação a esta matéria. Ainda à pouco tempo houve uma reunião da Associação Nacional de Municípios, onde o que afirmaram vai de encontro ao que o PCP defende. Não se trata de enganar os trabalhadores, trata-se de uma convicção e defesa que temos em relação à opção gestionária. ----------

Outra questão, tem a ver com uma Moção apresentada pelo PS, onde referia como funcionava a saúde no concelho do Montijo, nomeadamente Pegões. A informação que tenho desta freguesia é que a população queixa-se que tem apenas um médico de família e há em Pegões pessoas com situações muito graves. Também entendemos que as três freguesias rurais, Canha, Pegões e Santo Isidro de Pegões, deveriam ter um SAP – Serviço de Atendimento Permanente e uma ambulância CIV. Nessa Moção que nos foi aqui apresentada é referido o bom funcionamento da extensão do Centro de Saúde de Pegões, ao contrário do que a que população transmite e reclama, não correspondendo á veracidade daquilo que se passa na Freguesia de Pegões." ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra e em resposta às questões colocadas, disse: "Quero deixar umas notas de princípio, porque na intervenção do senhor Deputado Alfredo Rodrigues, sobre verdade, eu também falo verdade e faz toda a diferença, um político sério e verdadeiro, que não

engana nem mente na sua ação política e aqueles que não falam verdade. E também é muito importante juntar à verdade a lealdade, a lealdade institucional e a lealdade política, porque pese embora as nossas diferenças de opinião, pensamento e de posição, há um princípio fundamental que nós temos que ter com a nossa família política e com os nossos adversários, que é sermos leais. ----------

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, eu jurei cumprir com lealdade as funções que me foram confiadas e disse na minha tomada de posse em 5 de janeiro de 1998, que chegava à Câmara de mãos limpas e vou sair de mãos limpas.. ----------

O senhor Deputado Alfredo Rodrigues mostrou aqui a sua perplexidade, que eu não compreendo, mas respeito sob as comemorações do 25 de abril, ano após ano que ele vive nesta assembleia e disse que havia uma comemoração do 25 de abril e esquerda e uma comemoração do 25 de abril de direita e apelidou de cegueira política, esta forma de comemorar o 25 de abril. Não concordo com o senhor Deputado, porque o 25 de abril tem o histórico que tem, a consolidação da democracia, é de facto uma realidade, felizmente para o povo português e naturalmente que em cada momento, cada um sentirá à sua maneira o 25 de abril. Mas, aquilo quero dizer sobre falar verdade, é que há uma ano atrás, aquando da rejeição do PEC 4, na Assembleia da República, uma coligação de direita e à esquerda do Partido Socialista, derrubaram o governo do Partido Socialista, o atual Primeiro-Ministro não prometeu nada do que está a fazer, aumentou os impostos, retirou subsídios, agravou as condições e disse que havia limites para os sacrifícios e um ano depois ele mentiu e não vale vir dizer que desconhecia a situação. Portanto, para falar a verdade senhor Deputado

Alfredo Rodrigues, temos aqui um exemplo de como não se fala verdade. O que não é aceitável é valer tudo, denegrindo a atacando pessoalmente os detentores de cargos políticos e públicos, com razão ou sem razão. ----------
Quanto à questão do horário do cemitério, é um horário que está aprovado e também encerra aos dias de semana à hora do almoço. O encerramento não põe em causa os serviços essenciais que são prestados à nossa comunidade. -----
Em relação às questões do senhor Deputado Avelino Antunes, a reparação da Estrada Nacional 11 é da responsabilidade das Estradas de Portugal. ----------
Quanto à questão dos contratos a termo, desconheço a intervenção do senhor Primeiro-Ministro, mas a interpretação da Câmara Municipal do Montijo, face à lei que está em vigor, interpretação essa, que o tribunal já sentenciou em 8 processos e o tribunal decidiu que esta nossa interpretação estava correta. ------
Quanto à matéria da opção gestionária, eu também não estou de acordo com a interpretação que foi feita por alguns colegas meus, porque nós também fizemos a opção gestionária, só que fizemos com base numa outra interpretação da lei. Cada um fará ao nível da sua consciência e da verdade a sua interpretação." ----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que tinham para admitir e votar, quatro Moções, um Voto de Protesto e uma Saudação, já distribuídos. ----------

Assim, procedeu-se à votação para **admissão** dos documentos supracitados, tendo os mesmo sido **aprovados por unanimidade**. ----------

Moção apresentada pelo PPD/PSD.CDS.PP, intitulada **"No Desafio do Desenvolvimento do País, o Distrito de Setúbal afirma "Presente!""** ----------

Reprovada, com 21 votos contra (**17** do PS e 4 da CDU) **1** abstenção do BE e 4 votos a favor do PPD/PSD.CDS.**PP**. ----------

Moção apresentada pela CDU, alusiva **"Contra a extinção de Freguesias – Em defesa do Poder Local Democrático"** ----------

Aprovada por maioria, com 22 votos a favor (17 do PS, 4 da CDU e 1 do BE) e 4 abstenções do PPD/PSD.CDS.PP e 0 votos contra. ----------

Moção apresentada pelo BE, alusiva à **"Realização do referendo local sobre a criação, extinção, fusão ou alteração dos limites territoriais das Autarquias Locais"** ----------

Reprovada, com 16 votos contra do PS, 8 abstenções (4 do PPD/PSD.CDS.PP e 4 da CDU) e 1 voto a favor do BE. ----------

Moção apresentada pelo PS, alusiva à **"Novo Aeroporto de Lisboa"** ----------

Aprovada por maioria, com 21 votos a favor (17 do PS e 4 da CDU), 5 abstenções (4 do PPD/PSD.CDS.PP e 1 do BE) e 0 votos contra. ----------

Voto de Protesto apresentado pela CDU, alusivo **"Obstáculo na via pública" – Aprovado por Unanimidade.** ----------

Saudação apresentada pela CDU, alusiva ao **"Agricultores"** ----------

Aprovada por maioria, com 17 votos a favor, 2 abstenções e 1 voto contra do Deputado Alfredo Rodrigues. ----------

Seguidamente, não se registando mais intervenções, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos previstos no número 3 e 4, do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo. ----------

O senhor Presidente da Assembleia informou que a reunião prosseguiria no dia 27 de abril de 2012, pelas vinte e uma horas. ----------

E não havendo mais nada a tratar foi pelo Senhor Presidente, encerrada a presente Sessão Ordinária, eram três horas do dia vinte e quatro de abril de 2012. ----------

E eu Joaquina Maria Azevedo Barbosa , Assistente Técnica, da Divisão Jurídica e de Administração Geral do Departamento da Presidência e de Administração Geral, fiz lavrar a presente acta que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa.----------

---------- O Presidente ----------

Pedro Rafael Pereira Reis Carromen
---------- O 1º Secretário ----------

Elsa Cristina Silva Monteiro
---------- A 2ª Secretária ----------